

Ponte é contra o escapismo

A tentativa de alguns grupos do PMDB, de jogar para a frente a questão da estabilidade no emprego, através da aprovação do texto do primeiro substitutivo de Bernardo Cabral, preocupa o deputado Luis Roberto Ponte (PMDB-RS), para quem essa é uma posição escapista e que contraria os interesses da nação. A estabilidade, que deve ser votada pela Comissão de Sistematização, de acordo com o Cabral fica garantida em princípio, remetendo para a legislação complementar a sua regulamentação.

O senador Hugo Napoleão (PFL-PI) advertiu ontem que a implantação do sistema parlamentarista será uma desconsideração para com o povo que deseja eleger o Presidente da República e uma opção infeliz por crises sucessivas que porão em risco o processo democrático.

Presidencialista convicto, o senador piauiense ressalta que o povo reagirá contra a eleição, pelo Congresso, de um primeiro-ministro a quem caberá realmente governar, enquanto o presidente da República terá, de certa for-

ma, uma função decorativa.

A tradição constitucional brasileira, observa, consagrou, durante quase todo o período republicano, o presidencialismo. Os três primeiros-ministros do período Goulart, de 7 de setembro de 61 a 6 de janeiro de 63, eram homens conceituados e respeitáveis, mas mesmo assim governaram por muito pouco tempo e não evitaram sucessivas crises de ordem política.

A reação do povo foi imediata. Consultado em plebiscito repeliu o sistema parlamentarista. Reconhe-

ce que o presidencialismo também teve crises, mas elas não decorreram do sistema e sim de seu exercício. O argumento de estabilidade do parlamentarismo é, acentua, fraco, como prova a mutabilidade de gabinetes e presidentes do Conselho de Ministros.

No Império, o parlamentarismo funcionou durante 48 anos e quatro meses, com 30 primeiros-ministros e 35 gabinetes. Esses dados, a seu ver, provam que tanto no Império quanto na República houve permanente instabilidade do regime parlamentar.

Empenhado em evitar a aprovação do parlamentarismo na Comissão de Sistematização, o senador Hugo Napoleão frisa que "a coexistência de um presidente com um primeiro-ministro fatalmente trará divergências entre ambos, por mais que suas respectivas atribuições sejam expressas e definidas".

"A Constituinte" — prossegue — "deve ampliar as atribuições e prerrogativas do Poder Legislativo. Jamais abolir o sistema presidencial. O parlamentarismo

pode ser o mais adequado para o Estado unitário e monárquico, mas o descentralizado, especialmente com média ou grande dimensão territorial, exige o sistema presidencialista".

"O presidente Sarney" — frisa — "está certo em lutar pela preservação de nossa tradicional forma de governo. A reintrodução do parlamentarismo no Brasil em vez de evitar crises vai torná-las constantes.

O senador Hugo Napoleão destaca, por fim, o que considera uma grande incoerência: a nação anseia

pelos eleições diretas para presidente da República, do seu governante, mas representantes do povo querem elegê-lo por via indireta. "Isto é: quer-se gastar fortunas para realizar a eleição do presidente que será chefe de Estado e não vai governar, e escolher, pela via indireta, o primeiro-ministro, que será chefe do Governo e vai administrar".

"O que se impõe" — conclui — "é a harmonia e independência de poderes na visão clássica de Montesquieu. Independência de Poderes, ressalte-se".

Napoleão não aceita parlamentarismo



Hugo Napoleão